



DIA NACIONAL DO MUTUALISMO 2023

NUMA NOVA ORDEM MUNDIAL

12 de maio – Vila Nova de Gaia

Senhor Secretário de Estado da Segurança Social, caro Gabriel Bastos,

Senhor Secretário de Estado do Trabalho, caro Miguel Fontes,

Senhor Presidente do Conselho de Administração da União das Mutualidades Portuguesas, Dr. Luís Alberto Silva,

Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Geral da UMP, Carla Silva,

Senhor Eurodeputado José Manuel Fernandes,

Senhor Eurodeputado Pedro Marques,

Senhoras e senhores oradores,

Demais convidados,

O convite que nos foi formulado para encerrar a conferência Numa Nova Ordem Mundial que comemora o Dia Nacional de Mutualismo muito nos honra. A mim e, naturalmente, ao Ministério da Habitação.

O papel que o mutualismo desempenha nas sociedades contemporâneas é tão relevante como aquele que vem sendo desempenhado desde a fundação em 1176, inspirada nos ideais mutualistas, da Confraria Fungálgvas de Torres Novas.

847 anos desde a fundação da nacionalidade, um sério e admirável número.

Sério, como os números que caracterizam o Movimento Mutualista congregando “cerca de um milhão de associados [que] ... abrange mais de dois milhões e meio de beneficiários, aproximadamente um quarto da população” portuguesa.



Não posso, pois, deixar de me impressionar e admirar com o papel que o mutualismo vem desempenhando desde os tempos primordiais da fundação do estado português, expressa pelo pintor e escultor Acácio Lino, num painel que retrata a batalha de São Mamede exposto no Palácio da Assembleia da República, sobre a fundação da nacionalidade, “A primeira tarde portuguesa”.

Como devem imaginar a minha batalha ou, melhor, a batalha de todos, hoje, deverá ser a da habitação. Sensibiliza-me, pois, terem convidado o Ministério da Habitação para encerrar a conferência revelando a preocupação e a premência que o mutualismo português, também, coloca num problema tão longo quanto a história que nos forma. Esperemos, assim, que este tempo seja fundacional de um tempo novo, “Numa Nova Ordem Mundial”. Permitam-me, também, ser otimista.

E, aqui, o retomar do tema da habitação pelo mutualismo parece-me ser providencial pois o “problema da habitação” nunca deverá ser um exclusivo do público e do privado, é também do terceiro setor. Assim, as diferentes entidades que emanam das sociedades contemporâneas serão sempre um elemento relevante na procura de uma resposta para aquele problema. E deixem-me, desde já, acrescentar que a motivação da União das Mutualidades Portuguesas para a constituição de uma federação, com o propósito de, também, atacar este problema deixa-nos muito expectantes e particularmente felizes. A história, como sabemos, do seu contributo para esta questão foi sempre oportuna e louvável.

E as respostas que preparamos para fazer face a este problema são de geometria variável. Deixem-me, pois, fazê-los perder algum tempo com o que vamos preparando desde meados da década passada (desde 2015, com o programa do XXI Governo). Ponderando a natureza e complexidade do problema percebeu-se que as respostas deveriam ser suficientemente adaptativas e flexíveis para responderem em cada momento à evolução que o problema vai tomando. E sabemos bem, hoje, como qualquer previsibilidade pode ser colocada em causa. Daí, as políticas públicas deverem ser criteriosamente monitorizadas para tentarem antever e condicionar essa evolução. Conduzindo-a.



As respostas propostas, umas de carácter mais estrutural e outras de natureza mais conjuntural, constituem-se como elemento central e enformam as atuais políticas públicas de habitação. Nelas a “mutualização de riscos” é assumida. Isto é, todas as partes devem ser envolvidas e devem ser beneficiadas com a interação. A cooperação é, pois, central para se alcançar um objetivo comum.

Para ilustrar o primeiro caso de uma resposta mais estrutural, e focando-nos somente nos tempos mais recentes, com a publicação em 2018 da Nova Geração de Políticas de Habitação, posteriormente da Lei de Bases de Habitação (2019) e do Programa Nacional de Habitação (em apreciação na Assembleia da República), encontram-se definidos o sentido estratégico, os objetivos e os instrumentos de ação que conformam as políticas de habitação e, portanto, as potenciais respostas públicas ao problema identificado.

As Estratégias Locais de Habitação e as Cartas Municipais de Habitação são essenciais para consolidar as políticas públicas nos seus diferentes níveis de governação.

Estas encontram-se, numa leitura mais imediata, consumadas nos 26.000 fogos que se irão produzir ao abrigo do programa 1º Direito, decorrentes das situações de carência e indignidade habitacional identificadas pelos municípios portugueses e que já se materializaram em 244 Acordos de Colaboração celebrados entre o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana e os municípios.

E, ainda nos 6.800 fogos de habitação para arrendamento acessível (6800 até 2026, 9000, ou seja mais 3200 até 2030), que serão contruídos e reabilitados quer pelo IRHU quer pelo terceiro setor.

Estes dois programas, 1º Direito e Arrendamento Acessível, perfazem um investimento para os próximos anos em torno dos 2,7 mil milhões de euros, financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência.

No que concerne às respostas de carácter mais conjuntural que nos é exigida pelo contexto e circunstâncias que afetam atualmente o “mercado” de habitação surge o pacote “Mais Habitação” que se encontra presentemente, numa boa parte das suas componentes, em



análise na Assembleia da República. Este pacote encontra-se centrado em 5 vetores principais:

1. Aumentar a oferta de imóveis para habitação;
2. Simplificar processos de licenciamento;
3. Aumentar o número de casas no mercado de arrendamento;
4. Combater a especulação;
5. Proteger as famílias.

Que, estamos certos contribuirão para atenuar os problemas da atual conjuntura.

A resposta deverá ser multidimensional.

É, assim, com a integração, sinergia e responsabilização dos diferentes níveis (público, privado e terceiro sector, central e local), categorias (fiscal, administrativo, financeiro, ...) e campos disciplinares (arquitetura, urbanismo, sociologia, economia, engenharia, ...) que as políticas públicas poderão ser mais consequentes e, assim, ajudarem-nos a responder ao problema que temos (e teremos) em mão.

Essa resposta necessita, pois, do comprometimento e cumplicidade de todos os interlocutores, como já referido, para alcançar um benefício comum. E esse é, como vimos, um dos princípios fundadores do mutualismo. E é um dos nossos primeiros objetivos. No caso, a provisão de habitação.

Obrigada pela Vossa atenção.